



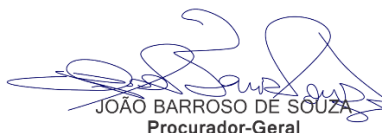
Manaus, 2 de junho de 2022

Edição nº 2810 Pag.62

a) Ao DIMP para cumprimento das seguintes medidas:

- 1- Autue-se o presente como Procedimento Preparatório e publique-se no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal;
- 2- Encaminhe-se o Ofício Requisatório anexo, acompanhado da Representação e dos documentos que a compõem, ao Prefeito Municipal do município de Manacapuru, Betanael da Silva Dangelo, dando ciência da existência deste procedimento e requisitando informações, no prazo de 15 dias, acerca dos fatos aduzidos na inicial;
- 3- Após, com ou sem resposta, devolvam-se os autos a esta Procuradoria Geral para adoção das medidas cabíveis.

Manaus (AM), 02 de junho de 2022.



JOÃO BARROSO DE SOUZA  
Procurador-Geral

### PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 02/2022–MPC-PGC

REF. PROCESSO SEI Nº 6884/2022 - LÁBREA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO AMAZONAS**, por seu Procurador Geral de Contas, no dever de defesa da ordem jurídica, do regime democrático, da probidade e da eficiência administrativas e da incolumidade do patrimônio público, em conformidade como o disposto nos artigos 127, caput, 129, incisos II, III e IX, 130, da Constituição Federal;

**CONSIDERANDO** que constitui dever do Ministério Público a fiscalização das finanças públicas, a boa e regular aplicação do dinheiro público, incluindo assim a fiscalização para a continuidade e boa prestação dos serviços públicos de natureza essencial;





Manaus, 2 de junho de 2022

Edição nº 2810 Pag.63

**CONSIDERANDO** que o art. 8º e seguintes da Portaria nº 14/2018-MPC-PGC possibilita a instauração de Procedimento Preparatório, no âmbito do MPC, para, no exercício de seu mister fiscalizatório, expedir ofícios requisitando informações aos gestores, nos termos do art. 116 da Lei 2423/96;

**CONSIDERANDO** que o §4º, do art. 8º da referida Portaria 14 autoriza o Procurador de Contas a instaurar diretamente o Procedimento Preparatório, se entender que há fundamentos e elementos suficientes para atuação, independentemente de prévia comunicação com o jurisdicionado ou terceiro;

**CONSIDERANDO** a Representação interposta pela empresa AMAZONAS ENERGIA S/A noticiando débitos de elevada monta de energia elétrica de responsabilidade do município de Lábrea configurando suposta lesão aos cofres públicos e conseqüentemente improbidade administrativa pelo não pagamento de despesa referente a serviço essencial, ainda que prestado por empresa privada;

**CONSIDERANDO** por fim a essencialidade do serviço – fornecimento de energia elétrica - cuja prestação não pode ser interrompida, sob pena de danos irreparáveis ao pleno funcionamento das atividades públicas essenciais, tais como saúde, educação, segurança, dentre outros.

### RESOLVE:

**INSTAURAR**, com fulcro no art. 116 da Lei 2423/96 c/c art. 8º e seguintes da Portaria nº 14/2018-MPC-PGC, o presente **PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO** com a finalidade de apurar preliminarmente a eventual responsabilidade do Prefeito Municipal do município de Labrea, Jean Campos de Barros, no tocante aos fatos e documentos probatórios contidos na Representação interposta pela empresa Amazonas Energia S/A.

a) Ao DIMP para cumprimento das seguintes medidas:

- 1- Autue-se o presente como Procedimento Preparatório e publique-se no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal;
- 2- Encaminhe-se o Ofício Requisitório anexo, acompanhado da Representação e dos documentos que a compõem, ao Prefeito Municipal do município de Labrea, JEAN CAMPOS DE BARROS, dando ciência





Manaus, 2 de junho de 2022

Edição nº 2810 Pag.64

da existência deste procedimento e requisitando informações, no prazo de 15 dias, acerca dos fatos aduzidos na inicial;

- 3- Após, com ou sem resposta, devolvam-se os autos a esta Procuradoria Geral para adoção das medidas cabíveis.

Manaus (AM), 02 de junho de 2022.

JOÃO BARROSO DE SOUZA  
Procurador-Geral

### PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 03/2022–MPC-PGC

REF. PROCESSO SEI Nº 6882/2022 - IPIXUNA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO AMAZONAS**, por seu Procurador Geral de Contas, no dever de defesa da ordem jurídica, do regime democrático, da probidade e da eficiência administrativas e da incolumidade do patrimônio público, em conformidade como o disposto nos artigos 127, caput, 129, incisos II, III e IX, 130, da Constituição Federal;

**CONSIDERANDO** que constitui dever do Ministério Público a fiscalização das finanças públicas, a boa e regular aplicação do dinheiro público, incluindo assim a fiscalização para a continuidade e boa prestação dos serviços públicos de natureza essencial;

**CONSIDERANDO** que o art. 8º e seguintes da Portaria nº 14/2018-MPC-PGC possibilita a instauração de Procedimento Preparatório, no âmbito do MPC, para, no exercício de seu mister fiscalizatório, expedir ofícios requisitando informações aos gestores, nos termos do art. 116 da Lei 2423/96;

